



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



SÃO PAULO, SP, 7 DE ABRIL DE 1997

Senhor Governador do Estado de São Paulo, meu companheiro Mário Covas; Senhor Secretário-Executivo da Cepal, meu antigo colega Gert Rosenthal; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Presidente da 1ª Reunião de Avaliação da Cúpula, Embaixador Luís Paulo Lindenberg Sette; Senhor Presidente do BID, nosso companheiro – e eu posso até dizer, nosso maestro – Enrique Iglesias; Senhor Presidente do Parlatino, Deputado Juan Singer; Senhores Delegados; Senhores Senadores; Deputados; Senhoras e Senhores,

Eu quero, em primeiro lugar, em nome do país que os acolhe, cumprimentá-los. E cumprimentá-los muito vivamente, agradecendo as palavras, sempre generosas, do Deputado João Singer e do Dr. Gert Rosenthal, e dizer-lhes que, para nós, é uma satisfação muito grande que essa Conferência Regional de Avaliação da Cúpula de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social possa ter lugar aqui em São Paulo. E, precisamente, aqui em São Paulo.

Tenho certeza de que o Governador Mário Covas se junta à minha voz, neste momento, embora silente, para expressar esse mesmo reco-

nhecimento, por esta escolha. Porque, de alguma maneira, não é a única região nem a única cidade, no nosso continente, que espelha o que vou dizer, mas São Paulo espelha as contradições entre desenvolvimento e exclusão e todas as dificuldades – que acabaram de ser mencionadas pelo Secretário-Geral da Cepal – de um esforço para que seja possível uma maior compatibilidade entre esses dois termos.

Creio que é oportuno que se veja aqui, em São Paulo, a força de São Paulo e, ao mesmo tempo, as imensas dificuldades, que são brasileiras, que nós temos que encaminhar, para que se possa, realmente, ter um estilo de desenvolvimento condizente com o que foi proposto na reunião de Copenhague.

Eu acho que a reunião de Copenhague teve muitas virtudes. Entre outras, a de chamar, novamente, a atenção – embora não tenha sido a única reunião das Nações Unidas com esse espírito, muitas ocorreram, também nessa direção – para os ideais que conformaram as Nações Unidas, na Conferência de São Francisco.

Naquele momento, não se buscava apenas paz e segurança, que são, certamente, dimensões insubstituíveis, do convívio internacional, mas buscava-se mais do que isso: uma convivência que permitisse um desenvolvimento mais harmonioso. E é inequívoca, na Carta de São Francisco, a presença de um espírito humanista, da busca de valores democráticos e de valores que colocavam, na pessoa humana, o centro das preocupações dos governantes.

E a Conferência de Copenhague voltou a colocar esse tema com muita ênfase. E, mais ainda, ficou claro que o problema social, hoje, é o problema de um desenvolvimento compatível, um desenvolvimento que, ao mesmo tempo, respeite o meio ambiente, que seja presidido por uma inspiração democrática e que tenha, como consequência, uma maior equidade; não é um problema exclusivo dos países tidos como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas alcança, também, os países já desenvolvidos.

Talvez tenha sido essa a retomada da consciência de que não se trata, apenas – como se dizia em outra época – de uma dualidade, mas sim de alguma coisa que atinge o coração, mesmo, do modo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

E eu acredito que a Cepal, pela sua enorme experiência latino-americana e caribenha, hoje, tem condições para nos ajudar a repensar esses temas, de uma maneira, novamente, criativa. Portanto, mais uma vez, eu creio que é importante que se dê continuidade ao impulso de pensamento e de ação, que foi gerado em Copenhague.

E o intercâmbio de experiências – embora, como já mesmo disse o Dr. Rosenthal, muitas delas frustradas – na nossa região é o que poderá nos ajudar a reposicionar as políticas de desenvolvimento numa direção conseqüente com os ideais, que são sempre os mesmos, e apregoados desde 45, e seguirão sendo – espero eu – por todo o sempre, porque são os ideais, realmente, de um tipo de desenvolvimento com maior equidade e com valores democráticos e humanistas.

Parece-me que os dez compromissos de Copenhague vieram num momento que é, ao mesmo tempo, oportuno e complexo. Oportuno, porque depois de muito tempo em que, efetivamente, quase que inconscientemente, quase que de uma maneira deslizante, se voltou a pensar no desenvolvimento, como o desenvolvimento econômico e como o desenvolvimento das forças de mercado, Copenhague recoloca o tema da relação entre o econômico e o social.

E seria, realmente, quase patético imaginar que no momento exato em que há a queda do muro de Berlim, no momento em que as experiências do socialismo real tiveram o desenlace que tiveram, que, de repente, todas as apostas fossem feitas numa espécie de economicismo selvagem: a ver só no mercado o caminho para a redenção da humanidade.

Copenhague volta a chamar a atenção, de todos nós, de que é necessário retomar temas como da erradicação da pobreza, do pleno emprego, da integração social, do respeito à dignidade da pessoa humana; que é preciso por um fim àquilo que podia ser uma ilusão economicista; e que é preciso, outra vez, consolidar a idéia de que, num processo social, num processo histórico, os valores são fundamentais.

E quando eu me refiro ao fato de que valores são fundamentais, eu não estou substituindo o ilusionismo economicista por um idealismo simplório, de imaginar que bastam valores. Obviamente não. Não bastam valores só, não bastam as boas intenções. Uma base econômica

estável é, realmente, indispensável. A estabilidade da moeda é algo fundamental. São condições sem as quais nós não poderíamos pensar o desenvolvimento, certamente.

Não se trata, portanto, de substituir uma abordagem simplista por outra também simplista, no pólo oposto, que imagina que a vontade política organizada substitui as condições materiais de produção e substitui os limites que são impostos, muitas vezes, pela base física e pela forma organizacional dessa produção.

Mas, com este reparo, não cabe dúvida nenhuma de que é oportuno voltar-se a temas, que sempre foram os temas da Cepal, que sempre foram os temas daqueles que imaginavam um desenvolvimento voltado para o bem-estar da maioria da população.

Eu disse, também, que, ao mesmo tempo em que é oportuno, é complexo, esse momento em que se volta a colocar com força a questão do desenvolvimento e o desafio da igualdade, o desafio do social. Por que complexo? Porque, precisamente, é uma espécie de paradoxo. Assim como seria paradoxal que, no mesmo momento em que se substitui uma experiência de um socialismo, que se deformou muito, por uma idéia meramente de mercado, é também um paradoxo que, no exato momento em que voltamos a falar do social, tenhamos que pedir ao Estado que desempenhe um conjunto de políticas e de ações, no momento em que esse Estado, de certa maneira, carece de condições, para que tenha eficiência e eficácia.

Mas, ao dizer que nós estamos, ao mesmo tempo, exigindo mais do Estado, porque a vontade política se organiza e através de políticas públicas é que se consegue, de alguma maneira, equilibrar os desequilíbrios que as situações de mercado colocam, no momento em que esse Estado tem limitações, eu não quero, com isso, me conformar, sem rever a noção e a importância de uma ação pública eficaz.

Limitações existem. Para começar – e não digo nenhuma novidade –, nesse exato momento nós estamos vendo que a capacidade reguladora dos estados nacionais sofreu uma diminuição sensível. Basta mencionar os fluxos de capital, que não conseguem, hoje, deixar, nem sequer aqueles que, normalmente, são pessoas que descansam durante a noite, que são os presidentes de Banco Central, nem eles próprios têm mais a

tranqüilidade, porque não conseguem controlar esses fluxos de capital. Não existe mais a possibilidade de, na esfera de competência exclusiva do aparelho do Estado, fazer frente a esses desafios.

Mas, mais ainda. Não apenas a questão dos fluxos internacionais de capital, mas o próprio modo de produção mundial se refez, se reorganizou, de modo tal que a produção se interconecta no espaço planetário, diminuindo, outra vez, a capacidade que têm os estados nacionais de fazer frente a certos desafios que são propostos.

E não há muitos caminhos alternativos a essa interconexão; é esta revolução, que não é só tecnológica, é também organizacional, e que coloca, de alguma maneira, um desafio novo para aqueles que pensam – pelo menos eu penso – que seja necessário existir o conjunto de políticas públicas, que permitam que exista um equilíbrio maior no processo de desenvolvimento.

Ou seja, se requer, neste momento, um conjunto de ações da vontade política organizada, do Estado, da sociedade, que, por outro lado, estão sendo limitadas pelas próprias realidades contemporâneas que restam, que tiram, da capacidade de ação do Estado, um conjunto de dimensões que, no passado eram inerentes, mesmo, à própria noção de Estado soberano e de Estado nacional.

Ora, ao dizer isso, eu não estou simplesmente fazendo-o pelo gosto do paradoxo e para que nós miremos uma situação com perplexidade. Perplexidade é um momento psicológico, mas que não tem importância teórica e nem prática. Na verdade, trata-se é de encontrar mecanismos capazes de reformar as estruturas públicas, estatais, para que elas sejam condizentes com o desafio que está sendo proposto.

Não pode existir justiça social e desenvolvimento social se nós convivermos, sem ação, com o enfraquecimento do Estado, pelas razões já apontadas e, também, por outra razão, por uma incapacidade, muitas vezes burocrática mesmo, da tomada de decisões, para fazer face ao aumento da demanda social. E esse aumento da demanda social é absolutamente vinculado à democratização.

E essa democratização e esse aumento de demanda social se fazem sentir mais depressa, mais rapidamente e com mais força, precisamente

naqueles países, naquelas situações em que há a abertura democrática e em que há maior grau de desigualdade e onde, portanto, o Estado, também, está sendo posto em cheque por forças externas e por forças internas.

Trata-se, portanto, de um desafio de reconstrução das formas de organizar a ação política e, sobretudo, da definição dos órgãos que vão se ocupar das políticas públicas. E nessa redefinição é preciso escolher, é preciso saber o que se faz e o que não se faz, que, como se diz em espanhol “quién muy abarca, poco aprieta”. E essa é que é a nossa situação atual: teremos que definir o que corresponde, o que é possível e como refazer os nossos mecanismos governamentais, de tal maneira que possamos ser capazes de atuar.

É preciso insistir num tema: para que possamos ter, de novo, um Estado com a força necessária para encaminhar aquilo que a sociedade deseja, e corresponder aos anseios de bem-estar social, nós precisamos desprivatizar o Estado.

E, paradoxalmente, muitas forças que poderiam concorrer para essa desprivatização do Estado, por endeusarem-no, na forma em que ele se encontra – como se essa forma não tivesse sido consequência do momento anterior, em que houve uma enorme vinculação direta entre ele e os setores privados – acabam por impedir as transformações do Estado, que permitiriam sua democratização e que ele se tornasse um instrumento eficaz para a universalização do bem-estar social, e para que houvesse um acesso maior da população àquilo que é necessário, para que ela possa ter uma integração social.

Em termos de crítica àqueles que querem refazer o Estado, para que ele possa se aproximar do que foi o *Welfare State* na Europa, na verdade, nos nossos países, nós nunca tivemos o *Welfare State*. Nunca tivemos um Estado do bem-estar social.

Em alguns momentos, claro que eram momentos eleitorais, era mais fácil a um candidato ter o vocabulário livre do que o Presidente da República, mas, em algum momento, eu disse que nós tínhamos aqui um Estado do mal-estar social. E é verdade. O Estado predominante, na nossa região, é do mal-estar social. Porque é um Estado onipresente,

incrustrando nele tudo que é interesse privado – bons ou maus, não interessa discutir aqui. Mais ainda: amarrado pelas forças corporativas geradas no seu próprio interior, pelas suas burocracias; e, muito frequentemente ambos, Estado e sociedade civil, no que têm os dois de perverso, unidos na corrupção.

Esse Estado não é o Estado do bem-estar social; esse Estado requer reformas, corajosas, profundas, para que possa transformar-se, democraticamente, num Estado capaz de dar cabida aos anseios dos segmentos marginalizados, excluídos, e daqueles segmentos que requerem, embora integrados na sociedade, uma distribuição de benesses mais justa.

Nós, portanto, aqui, não precisamos, na nossa região, discutir o tema da crise do *Welfare State*. Não chegamos a ter nunca um *Welfare State*. Nós temos, isso sim, a crise do Estado do mal-estar social. E como nós já sabemos que houve uma crise do *Welfare State*, a reconstrução desse Estado de mal-estar social não deve pautar-se pelos mesmos erros – embora generosos – que levaram à crise do Estado do bem-estar social, quando ele deixou de gerar bem-estar, por um conjunto de circunstâncias.

Nós podemos, portanto, nos beneficiar da experiência histórica, e desenhar reformas do Estado, e uma forma de atuação desse Estado que permita, efetivamente, superar o paradoxo de estarmos pedindo mais e mais igualdade. E, certamente, livrando-nos da ilusão de que o mercado, por si, vai igualar, mas pedimos mais e mais igualdade, não em função da manutenção de um Estado do mal-estar social e privatizado, senão na corporagem de uma reforma do aparelho do Estado que permita, efetivamente, a sua transformação num instrumento de progresso social.

Ora, eu não quero me alongar, e não cabe a mim resolver essas questões, cabe aos senhores. Eu, mais tarde, quem sabe, possa seguir as receitas que me dêem, se tiver força para tanto. Mas eu queria dizer-lhes que isso leva, efetivamente, a recolocar alguns temas que sempre foram fundamentais, mas que agora, cada vez mais, ganham força.

Não me refiro, apenas, à questão da reforma do Estado. A importância da educação tornou-se vital, nesse processo todo. Tornou-se vital porque, com todas as transformações ocorridas, o modo de produção,

com todos os desafios com os quais nós teremos que nos defrontar, ou existe uma capacidade de adaptação de cada um, a seu nível, e existe um crescente progresso das condições dessa adaptação, ou então falar em inclusão social é hipocrisia.

Não haverá inclusão dos deseducados. E educação passa a ter um sentido muito mais amplo, porque não vai significar apenas a alfabetização, nem mesmo sequer, apenas, a passagem por um sistema formal de treino, mas vai significar, realmente, a incorporação, no cotidiano da cidadania, de técnicas que permitam a essa mesma cidadania informar-se, portanto, decidir, porque sem informação não se decide, é-se vítima de manipulações, e ter a capacidade adaptativa, até mesmo na busca, senão do emprego, de uma ocupação, e a definição de um horizonte que permite, efetivamente, a cada um, se organizar de molde a sobreviver, nos desafios que estão postos pelo mundo contemporâneo.

É preciso insistir que o processo de globalização em marcha tem riscos imensos, como todos nós sabemos, de ampliação da exclusão social. Ao dizer isso, de pouco vale voltarmos as costas para a globalização, porque não há outra alternativa. Qual seria? A da autarquia? Aonde? Como? Se o modo de produção é cada vez mais disperso, é cada vez mais competitivo, é cada vez mais dependente de tecnologias, muitas delas, a maioria, na verdade, não controlada por nenhum setor, isoladamente, não existe essa alternativa. É um fato.

Ao se reconhecer um fato, não se cruza os braços e diz-se amém ao fato, nem se aplaude o fato, se busca ver, diante dessas circunstâncias o que se fazer para que essa exclusão não seja, realmente, um garrote que limite as possibilidades de que todos os nossos temas deixem de ser apenas temas para se transformarem em práticas de transformação. Existe essa possibilidade? É possível avançar?

Mencionei, aqui, um tema, que foi o tema da educação, mas é claro que não será somente com a educação que se vai resolver esse desafio. Existe a competitividade como condição para a inclusão, como uma norma da qual, também, nós não nos podemos evadir. E existem as consequências, que já são conhecidas, de todo esse processo sobre oferta de emprego. E a própria noção de emprego tem que ser modificada.

Quando se verificam as diferenças ocorridas hoje, na estrutura de emprego e nas consequências sobre o emprego, na Europa e na América, e no Japão, vê-se claramente que não existe apenas, digamos, uma decorrência mecânica da globalização, que leva a uma certa taxa de desemprego. Essa taxa é variável, e aí depende da interferência do setor político; das condições sociais; das regras institucionais legais, portanto, jurídicas, que regulam as relações de trabalho; da capacidade cultural, valorativa, de entender-se que, numa sociedade como está sendo delineada a mobilidade, até a geográfica, passa a ser uma condição necessária para essa adaptação. Porque haverá deslocamento, como nós, no Brasil, estamos assistindo, rápido, de setores de produção de umas regiões para outras – e São Paulo é palco disso – em benefício, seguramente, do Nordeste brasileiro, mas não em benefício do trabalhador que aqui perde o emprego, se nós não tivermos a capacidade ou de gerar novos empregos aqui, ou de transformá-los, do setor secundário para o setor terciário, ou de fazê-los, como nos Estados Unidos, capazes de uma mobilidade geográfica muito grande, que permita a busca do emprego, pois isso tudo é contrário aos nossos valores, criados na cultura das nossas sociedades, que são o da estabilidade, no sentido amplo, quase do não-deslocamento da pessoa e da família de um dado local geográfico.

Tudo isso requer, portanto, uma reorganização cultural, uma nova perspectiva cultural, e por isso eu mencionei várias vezes a educação, porque é um instrumento de socialização – em termos de novos valores, de novos desafios – e da preparação das pessoas e de sua motivação para enfrentar esses tipos de desafio.

Vejo, portanto, que não se trata mais nem de nós continuarmos na disjuntiva: primeiro o econômico e depois o social. Nem na outra: o que vale é o social, porque o ser humano está acima de todas as coisas. Nem numa mescla indiscriminada entre as duas, que nada diz. É preciso ter, ao mesmo tempo, o econômico e o social. Mais do que isso, precisa especificar de que maneira é esse “ao mesmo tempo” porque, às vezes, não é ao mesmo tempo, às vezes o social precede. E, às vezes, o econômico precede.

E aí não há que haver uma visão estática. Às vezes, o social precede porque, em certos momentos, o móvel que vai levar a uma transformação é – repito – a educação ou os valores. Noutro momento, o móvel é um desenvolvimento tecnológico que não foi feito nessa comunidade, mas noutra, e, portanto, são valores e resultados da educação noutras locais, mas que afetam aqui.

Nessa matéria, portanto, há que ter uma visão quase que caleidoscópica, sem regras fixas do que precede o que, mas com a preocupação constante de atar. Se um processo foi desencadeado no plano econômico, há que atá-lo logo ao social; se foi desencadeado no plano social, há que atá-lo logo ao econômico, porque senão ele não terá condições de ter sustentação e continuidade.

Portanto, me parece necessário colocar à margem um raciocínio muito mecânico, em termos de disjuntivas. E esse é o desafio desta Conferência. Esse é o desafio de uma reflexão que se possa fazer, a partir de situações concretas.

Não creio que seja adequado que eu vá muito além do delineamento do que aqui acabei de fazer, mas eu acho que é adequado que, em cada momento, se faça uma reflexão concreta – não genérica, como fiz agora – sobre as nossas várias experiências latino-americanas e caribenhas.

Se pudesse me estender sobre o Brasil, eu diria que o esforço que nós fizemos – no sentido de garantir a estabilização da economia – para a consolidação e o aprofundamento da democracia, e a preocupação com o desenvolvimento social, estão inspirados, precisamente, nessas preocupações que mencionei. Estão inspirados nisso. Nem sempre se consegue.

Mas, indiscutivelmente, quando nós fizemos o plano de estabilização chamado Real, nós recusamos a recessão como mecanismo para a estabilização. E, na verdade, de 1993 a 1997, inclusive, se nós conseguimos, em 97, ter um crescimento entre 4 e 5%, a nossa economia terá crescido 25% – 25% numa economia que hoje se cifra em 700 bilhões de reais é um crescimento importante. E isso foi feito concomitantemente com o plano de estabilização.

Por certo, o rendimento médio, depois do Plano Real, de 93 até hoje, aumentou em 42%. Nem sempre de forma contínua, mas em 42%. E

mais: o rendimento aumentou mais no setor informal do que no setor formal. E mais ainda: nos trabalhadores autônomos e por conta própria, mais do que nas outras categorias.

Eu não quero cansá-los com números, nem me transformar em propagandista do que foi feito, porque eu sei das deficiências também. Mas a verdade é que foi possível – pelo menos tem sido possível até agora – conciliar, neste nível, estabilização da moeda com crescimento econômico, com distribuição de renda.

Pela primeira vez, as estatísticas sobre distribuição de renda, que os senhores sabem que são de grande dificuldade de mover-se, apresentaram algum sinal de que os que mais ganham ganharam mais, mas numa proporção menor do que os que menos ganham, que ainda ganham muito pouco. Mas houve um sinal de uma modificação na distribuição funcional da renda, o que é muito importante. É preciso mantê-lo, e não é fácil.

Por certo eu não poderia dizer o mesmo com relação à questão do emprego, que já mencionarei. Não poderia dizer com tanta firmeza, como disse quanto à distribuição de renda para aqueles que estão empregados. Mas, sem dúvida nenhuma, as estatísticas mostram que nas seis principais zonas metropolitanas, de 93 para 95, 13 milhões de brasileiros atravessaram a linha de pobreza. E isso é um dado claro sobre as consequências sociais de um plano de desenvolvimento econômico – sem essa idéia fixa de que primeiro um, depois o outro, foi possível fazer, dentro das limitações, um esforço nessa direção.

Eu disse que não poderia dar a mesma ênfase à questão de emprego porque, sabidamente, nesses processos de transformação global, o efeito de tudo isso sobre as economias é um efeito desafiador, e os níveis de desemprego, em certos momentos e em certas regiões sobem, na média – pelo menos no indicador que permite comparação internacional, que é o do IBGE – e mostram que nós aqui oscilamos entre 5 e 5,5% da taxa de desemprego, no decorrer desses anos. Sobe um pouco e desce um pouco, e vai por aí.

Noutros tipos de indicadores se podem encontrar índices mais elevados. Mas os dois dizem a mesma coisa quanto a se estar subindo ou se

estar descendo. Um em cada patamar, porque depende da pergunta que se faça. Se eu procuro emprego há uma semana, há um mês, há três meses; qual é a idade da pessoa a quem se pergunta, isso tudo tem variação sobre o resultado. Mas, uma vez aplicada, com homogeneidade, a mesma técnica, o que vai valer é a oscilação. E vai-se ver que a oscilação tem sido muito pequena, a partir do Plano Real.

Houve recuperação. Não houve uma recuperação que permita dizer que vai haver uma absorção, mas houve uma recuperação sensível. Claro, nós não poderíamos afiançar a continuidade desse processo, se não afiançássemos, o que eu mencionei aqui, a reforma do Estado. Matéria dificílima, porque encontra uma crosta de reação tremenda, à esquerda e à direita, sob vários pretextos, não tenho dúvidas quanto a isso. Mas a reforma do Estado prejudica interesses, concretamente, e tudo que prejudica interesses encontra reação. É preciso, portanto, continuar lutando para que se possa avançar nesse processo. E, sem dúvida alguma, essa reforma não significa pura e simplesmente luta contra o corporativismo de funcionários, seria uma perspectiva pobre vê-la deste ângulo, apenas, significa muito mais.

Significa, sobretudo nas áreas sociais, refazer-se os mecanismos pelos quais se vincula o aparelho estatal com a sociedade civil. Os exemplos concretos são fáceis. Estou diante do Ministro da Educação, que fez um esforço grande nessa direção, como exemplo, hoje, parte dos recursos para as escolas é entregue diretamente à escola, sem passar pela intermediação política, muitas vezes, e burocrática, outras tantas vezes. Isso para dar um simples exemplo, para não mencionar os esforços havidos nesse sentido, em tudo que diz respeito à área de educação, e agora começamos na área da política de saúde, também, onde o óbice maior é buscar os mecanismos que vinculem diretamente a demanda da sociedade ao aparelho do Estado. Não é que ele esteja sem peias políticas, mas as peias políticas vão ser colocadas na direção da política e não na mediação, na transferência de recursos.

Por outro lado, é indiscutível que os Estados, hoje, sobretudo numa federação como a brasileira, não podem se manter mais como Estados burocráticos unitários. É preciso que haja uma descentralização. E, aí,

eu olho para o Deputado Montoro, que foi governador deste estado, que é pioneiro na tecla da descentralização. Descentralização que está em marcha na educação, na saúde – e queremos também que ela avance na reforma agrária –, sem o que não haverá condição de que exista avanço num país do porte do Brasil. Isso não quer dizer, naturalmente, que a União não deva, primeiro, ter alguma responsabilidade financeira – a principal, talvez. Segundo, a capacidade de definir políticas. Terceiro – que é muito importante e muito pouco feito por nós –, a avaliação dos resultados das políticas, o controle desses resultados. Quarto, a vinculação, nesse controle, da sociedade, sindicatos, partidos de oposição. E é assim que se faz, hoje, na educação e na saúde. E, por exemplo, na habitação, nada é feito senão depois de passar por um mecanismo que não está subordinado só ao poder político legítimo, mas que passa por um diálogo com a sociedade, em que se alarga o espectro e se incluem, no processo decisório, setores que são minoritários ou que são adversários do Governo central. E o Governo central jamais fez qualquer reparo, de caráter partidário, na distribuição de recursos, porque ele sabe que o importante é que esses recursos cheguem lá e que haja um mecanismo transparente de controle da transferência desses recursos.

Portanto, modificação do aparelho do Estado não é, simplesmente, desprivatizar o Estado, no sentido de tirar os grandes interesses privados que estão aninhados no Estado. É também modificar a relação burocrática. E não é somente fazer com que o Estado se encolha ou se recolha em certas áreas de atividade econômica, nas quais existam já recursos de capital que permitam ao Estado concentrar-se em outras áreas. É mais do que isso. É um conjunto fundamental de transformações no próprio *ethos* da administração pública, sem o que não vai haver desenvolvimento capaz de mais eqüidade, porque as forças de mercado, sozinhas, não serão capazes de produzir essa eqüidade. E é preciso que haja um sistema governativo muito mais aberto, democrático, que inclua, queiram ou não, os setores da oposição no processo decisório de assignação de recursos, naturalmente – e não na orientação do processo geral, porque, aí, depende da regra democrática. É preciso, portanto, um vasto esforço de transformação. Essa desprivati-

zação do Estado, essa desburocratização, essa descentralização são condições *sine qua*, para que nós possamos avançar.

Claro, há certas situações, nos casos dos nossos países, no caso do Brasil, que é esse país imenso e tão cheio de desigualdade, que clamam por ação mais enérgica.

Eu vou mencionar só duas, e já peço desculpas por ter falado tanto. Uma diz respeito à questão da terra, pois, hoje, há um clamor geral na sociedade para o acesso a terra. O Brasil, tradicionalmente, é um país, pela sua formação econômica histórica, de latifúndio. O latifúndio sobreviveu aqui com muita força. Depois, houve muita transformação no setor agrícola. Hoje, ele convive com o setor produtivo empresarial. Ele existe, ainda tem uma certa presença na vida brasileira.

Por outro lado, há uma camada grande da população pobre, de pobreza rural e urbana e, agora, cada vez mais, misturada. E, cada vez mais, simbolicamente, o acesso a terra é a forma indireta de pedir eqüidade. Só que, embora se possa e se deva reconhecer esse processo, nós não temos nenhuma reflexão mais profunda sobre as consequências do acesso a terra, as possibilidades, os custos e o tipo de reforma agrária a ser implementada.

Quanto à velocidade, a média histórica no Brasil era ridícula: 12 mil famílias assentadas por ano. Neste governo, nós assentamos cento e poucas mil, em dois anos. E, neste ano, pretendemos assentar mais 70 mil. Comparado com a necessidade, é nada. Comparado com o passado, é bastante. Comparado com os recursos, é muito. Cada família custa 40 mil reais, no ponto de partida. Só que, na nossa experiência brasileira, depois de feitos os assentamentos, eles não, como se diz aqui, se emancipam, ou seja, continuam sendo objeto de uma ação estatal e, portanto, há uma continuidade de fluxo de recursos. E isso tem que ser calculado.

A sociedade tem que responder se deseja ou não, se pode ou não. E, se ela deseja e pode, tem que pagar impostos, porque, fora disso, não há como fazer. É muito fácil gritar que quero e haver uma recusa a dar os meios para que aquele querer se transforme em uma realização prática. Eu dei os dados iniciais: 40 mil por família. Se quisermos assentar 1

milhão de famílias, 40 bilhões de reais, de dólares. Essa questão tem que ser colocada e as alternativas também.

E eu creio que, nessa matéria, não haverá exclusividade. Ao mesmo tempo, há que assentar, há que se dar atenção à unidade familiar de produção. Criamos um programa, aqui, chamado Pronaf, que, no ano passado, deve ter despendido, mais ou menos, 600 milhões de dólares, cerca de 600 milhões de dólares, para sustentar a pequena unidade familiar.

E, aí, se volta ao tema do Estado. Muitas vezes, existe o recurso. Há a decisão política na cúpula e não há os mecanismos capazes de fazer com que esses recursos fluam adequadamente e cheguem àqueles que deles necessitam. As instituições desse Estado, que foi um Estado feito, como eu disse, para o mal-estar social, para a grande empresa, para a incorporadora, para a empreiteira, para o banco, não têm canais para chegar ao povo. E nós estamos começando a ter no Brasil uma situação nova de – por causa da estabilidade, da retomada do crescimento – começar a dispor de recursos e faltar meios para utilizar esses recursos adequadamente e em prioridades que sejam realmente necessárias e que atinjam as camadas mais pobres da população.

E esse é um problema gerencial e político, porque o que impede o gerenciamento é o cruzamento, muitas vezes, com o clientelismo, com os interesses locais, que dificultam... E, muitas vezes, até nas próprias burocracias, há resistências dos funcionários, por razões políticas, muitas vezes, e por incompetência, noutras, ou por visão distinta, noutras, que impedem que esses recursos fluam.

De novo, eu volto ao tema de que, sem uma reforma do Estado, não há a política social possível. E sem que exista esse entrosamento maior e essa capilaridade com a sociedade, a política social se estiola na garganta dos que gritam e na pena dos que concedem, mas que sabem que a sua concessão não tem efeito prático, porque não existe capacidade social de implementar a decisão.

Em todo caso, é um tema que tem a ver diretamente com a questão da eqüidade, que é a questão, mesmo num tema como o da terra, em que há muitas interrogações. Aqui, muita gente responde, com facilida-

de, e dá receitas, mas não pensa. Se pensar e aprofundar, é preciso que nos demos as mãos para resolver, porque não se resolve, simplesmente, com um gesto de vontade, nem com um ato de protesto. Resolve-se reorganizando as finanças e o modo de o Estado funcionar e se interconectar com a sociedade civil.

E outro tema, e último, que quero mencionar, em todo esse aspecto relativo à questão da eqüidade, dessa questão dessa retomada, a partir da inspiração de Copenhague, por uma visão, que não seja economicista, das transformações, é que, num país como o nosso, o tema dos direitos humanos é crucial.

Aqui entre nós, eu espero que esta semana – amanhã, talvez – eu possa criar a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e *in petto*, o Ministro está aqui presente, que é o Dr. José Gregori, que não sei se já sabia, mas que eu gostaria de tê-lo na Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

E por que isso? Porque a preocupação com os direitos humanos não pode ser só um gesto de boa vontade, nem dos governantes, nem daqueles que são sensíveis a esse tema. Tem que ser um processo de reeducação. E aí nós entramos na questão dos valores outra vez, de reeducação, de continuidade desse processo, de bater no tema o tempo todo.

Porque, claro, em sociedades excludentes como a nossa, sociedades que se acomodaram num patamar de desigualdade tão elevado, a violência se instaura como subproduto. E, depois, já ela não é produto da pobreza, ela é produto, mesmo, do seu enraizamento, numa espécie de tolerância do intolerável, da aceitação de práticas que são abjetas e, no limite, cabe a nós governantes, com perplexidade, protestarmos. Mas protestarmos do que? E outros dirão: Quem são os responsáveis? Há responsáveis, mas somos todos. É um processo amplo, e que requer uma continuidade na ação.

E essa continuidade precisa de uma espécie de lupa, que ilumine, que manifeste para a sociedade, como se fosse a boa consciência do País, que o tempo todo aponte o erro, embora sabendo que esse erro, muitas vezes, não tem como ser corrigido, num dado momento; embora sabendo que, pelo erro, há culpados e culpados, e que não adianta só

inculpá-los, é preciso muito mais do que isso, é preciso criar um outro tipo de valor, um outro tipo de solidariedade.

Termino, pois, Senhores e Senhoras, dizendo-lhes que – e me desculpem, mais uma vez, de ter entrado no tema nacional – de alguma maneira – aqueles que têm formação em sociologia conhecem um autor chamado Ferdinand Tönnies – e há uma expressão clássica na sociologia, que é uma oposição clássica entre *gemeinschaft* e *gesellschaft*, em alemão: comunidade e sociedade. Por *gemeinschaft*, os autores dessa corrente, e isso faz um século, pensavam em termos de relações face a face, direta, de comunidade. Da possibilidade da experiência comum: as pessoas se unem porque têm a mesma experiência. Numa situação de *gesellschaft*, societária, há uma regra contratual: não se requer a existência da solidariedade que venha da experiência comum. Bom, essa era vista em termos de oposição.

Pois bem, no mundo de hoje, o desafio que nós temos é que, com a transformação havida, com os meios de comunicação que aí estão, com a instantaneidade dos processos, de alguma maneira as sociedades passam a viver experiências em comum: a da violência, a do bem-estar, a do medo, a do desafio econômico, a das realizações materiais. Volta-se a ter uma possibilidade de comungar esse conjunto, mesmo na relação societária.

O desafio nosso, e eu não saberia dizer o termo em alemão, é como superar *aufheben*, a comunidade e a sociedade, o *gemeinschaft* e a relação societária, como superar juntando-as, no sentido específico da noção de superação dialética.

Esse é o desafio. É para isso que os senhores vieram a São Paulo: para nos ajudar a superar essa oposição entre o econômico e o social, o político, o público e o privado. Uma visão nova do mundo e a busca de algum conceito que nos refaça, no nosso intelecto, em termos não dessa oposição que nos fascinou a todos, há tantos anos, entre *gemeinschaft* e *gesellschaft*, e que nós nos sintamos capazes de uma ação que seja condizente com o que dispõe hoje.

E essa ação deriva de um grande impulso tecnológico e permite, hoje, se estar presente a tudo. Essa ação só será colada, só haverá essa

superação da sociedade e da comunidade, se voltarmos ao tema da ética, dos valores – não como uma coisa que paire, não como um discurso moral vazio, porque isso até me irrita, mas como um modo efetivo de motivar uma ação transformadora.

Muito obrigado.